

Indiana
Out/81

Índio na historiografia brasileira

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD B1D00086

O intelectual, como todos os outros homens, faz parte do tempo e da sociedade em que se insere. Como ser humano político, na concepção aristotélica, vive uma realidade presente, influenciando e deixando-se influenciar pelo meio que o envolve. Assim, todas as contingências de uma determinada conjuntura - políticas, econômicas, sociais, ideológicas - agem sobre ele e, conseqüentemente, sobre sua obra. É nesse sentido que não existe a obra de criação asséptica, imune às influências supracitadas. Se em cada obra há que se considerar o aspecto meramente subjetivo, próprio de cada autor, não se pode desprezar o fator exógeno. Reflete-se na criação individual esse duplo aspecto do homem como ser social e como indivíduo.

O historiador não escapa dessas reflexões. É o intelectual profundamente imerso no tempo em que vive, participando de seu momento dentro de uma postura crítica por excelência. Não é um descompromissado; nem sua obra o é. Por isso mesmo, ao se estudar a evolução da historiografia e da pesquisa histórica, perguntas devem ser feitas constantemente: o que quer dizer o autor? O que, na obra, reflete o tempo por ele vivido? Qual a ideologia por ele abraçada? Em que sentido a obra é o reflexo ou o outro lado do espelho do Poder? Assim, pode-se ver que uma leitura histórica é, na essência, interpretativa, crítica, compreensiva. Não se lê a História como se lêem histórias.

Partindo-se de uma realidade calcada numa sociedade colonial escravista, com predomínio do espírito conservador ligado à estrutura agrária - o liberalismo das classes médias e dos egressos das profissões liberais urbanas só se faz sentir em tempos muito recentes de nossa História -, a todo esse quadro juntando-se o colonialismo cultural nada mais normal do que se encarar a historiografia e a pesquisa histórica no Brasil como dependentes dessas circunstâncias. Assim, a ideologia estatal, o posicionamento religioso, o momento econômico e suas vinculações sociais se fazem presentes dentro de cada obra e no espírito de cada autor.

De modo geral pode-se dizer que, até 1930 (data símbolo e marco apenas, não no sentido rígido), a historiografia e a pesquisa histórica brasileiras podem-se caracterizar como: reflexo de um Brasil arcaico e conservador; etnocêntrica e colonialista, onde o que importa é a sociedade dita branca e o mais possível identificada com a matriz européia; reflexo dos feitos gloriosos da gente luso-brasileira; maniqueísta na essência e personalista, dividindo-se os homens que a fizeram em bons e maus, em líderes positivos e negativos, assumindo caráter pragmático: o que importa são os bons exemplos na construção de uma sociedade melhor.

Somente em tempos muito recentes pode ser a História do Brasil considerada como reflexo de um país em mudança, onde as convulsões sociais re-

velam um componente histórico até então minimizado: o povo, a massa trabalhadora composta de negros, índios e mestiços, pouco ou nada identificada com as elites que até então eram particularmente tidas como agentes da História. Só ela, a classe dominante - política, social e economicamente falando - tinha responsabilidade histórica. A partir, no entanto, da conscientização nascida da participação popular em movimentos mais amplos, do conflito nascido da confrontação de uma economia arcaica com uma economia dinâmica (industrialização), das reivindicações populares, greves, etc., passa o historiador a preocupar-se com um setor até então marginal ou minimizado: o povo em todos os seus matizes. O próprio Capistrano de Abreu assume em sua obra um compromisso cada vez maior com o historiar o Brasil arcaico e rústico, incluindo nas suas preocupações e estudos aquela parcela do povo até então marginalizada pela História: o elemento indígena. Importante também é o enfoque novo do que sejam as raízes da brasilidade: não é mais a sociedade branca ou quase-branca a única que importa: há que se analisar também o papel de índios e negros na formação do complexo sócio-econômico brasileiro.

Século XVI

" Nos decidimos y declaramos por la presente que está prohibido privar de su libertad y del disfrute de sus bienes a los dichos Indios y a todos los demás pueblos que lleguen en el futuro a conocimiento de los cristianos, aunque se hallen fuera de la fe. Antes al contrario, nos declaramos y decidimos que pueden libre y lícitamente usar y disfrutar de la libertad y de sus propiedades y adquirirlas, que no pueden ser reducidos a esclavitud y que todo lo que acaezca en contra de esta Bula se tendrá por nulo y sin valor(...)"

(Paulo III, apud Merle & Mesa, El anticolonialismo europeo desde Las Casas a Marx, Madrid, 1972, p. 83.)

" E a primeira coisa que pretendem adquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si huma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia duzia delles (ainda que outra coisa nam tenha de seu) logo tem remedio para poder honradamente sustentar sua familia: porque hum lho pesca e outro lho caça, os outros -

lhes cultivão @grangeão suas roças e desta maneira nam fazem os ho -
mons dospoza em mantimentos com sous escravos, nem com suas pessoas.
Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazon-
das daquelos que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha mui -
tos moradores na terra que nam tem menos desta contia, e dahi para
cima" (Gândavo, História da Província Santa Cruz. Tratado da terra
do Brasil, São Paulo, 1964, p. 34-35).

" E, segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes
falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque
assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde
nos pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm.(...) Po-
rém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar
essa gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em
ela deve lançar" (Pero Vaz de Caminha, apud Cortesão, Cabral e as -
origens do Brasil, Rio de Janeiro, 1944, p. 165-166.)

O início da colonização portuguesa no Brasil se vincula estroitamente
à consolidação do absolutismo português, apoiado na burguesia mercantil e
no capital cristão-novo, ao mesmo tempo que se compromete com o Papado.
O espírito religioso peninsular surge carregado de desejo de mudança basea-
do na auto-punição, na contemplação crítica do misticismo medieval, no de-
sejo de expurgo do mal e do afastamento da ameaça representada pelas idéias
de Lutero e outros heréticos ou reformadores quaisquer. Também o judaísmo -
pesava como ameaça. Não num sentido simplesmente religioso, talvez, mas -
porque os judeus, isolando-se como etnia e como cultura, representavam um
perigo para o Estado em fase de unificação. Para o Estado nacional qual -
quer ameaça à sua integridade deveria ser eliminada, daí a perseguição -
movida contra a gente da Nação hebréia. O Estado e a Igreja tudo deveriam
fazer para zelar pelos súditos e fiéis ameaçados por tantas forças desagre-
gadoras. Eis como surge, melhor dizendo, ressurgue a Inquisição sob D. João
III, eis o soldado de Cristo, o jesuíta cuja vida se transforma num comba-
te diário Ad majorem gloriam Dei, eis a censura a dominar as mentes e os -
corações graças ao Index librorum prohibitorum.

Num clima semelhante percebe-se que a proibição de livros e leitu -
ras, aliada à censura rígida, serão elementos capazes de produzir não só
estagnação cultural como também a limitação do autor através da autoconsu-
ra. Só se escrevia o que estivesse de acordo com a ideologia oficial do Es-
tado e da Igreja. Tudo o mais deveria ser expurgado. O que se escrevo sobre

o Brasil, portanto, deverá ser observado sob esse ângulo. São autores portugueses de sangue e por formação. A História passa a ser a História dos feitos, de gentis, no sentido de se louvar a expansão lusa e seus reis. Domina a mentalidade de que Portugal teria uma obra salvadora a cumprir, um destino manifesto: levar às mais distantes regiões pagãs o nome de um rei e de um papa, civilizar e converter. O que se escreve sobre o índio brasileiro, nesse contexto, revela significativamente a ideologia do momento europeu, quer política, quer religiosa. Domina nos textos o etnocentrismo, considerando-se o índio como bárbaro, antropófago, polígamo, pagão em todos os sentidos. O discurso do colonizador se reflete nessas obras do século XVI, sejam os cronistas oficiais ou não, civis ou religiosos. São os escritos de Anchieta, de Caminha, de Gândavo, de Soares do Sousa um precioso repositório de notícias e de realidades acerca das comunidades tribais do século inicial da colonização. O indígena é o homem "diferente", o gentio que tem de aceitar de qualquer maneira a cultura cristã ocidental, abandonando o barbarismo e integrando-se ao mundo do europeu recém-chegado. São autores, portanto, que encarnam seu tempo e historicizam o Brasil primevo segundo sua cosmovisão, quer através da crônica, quer através da poesia comprometida com o Poder, quer através do teatro engajado politicamente.

Século XVII

"(...) declaro todos os ditos gentios das ditas partes do Brasil por livres conforme o direito, e seu nascimento natural, assim os que já forem batizados e reduzidos à nossa Santa Fé católica, como os que ainda viverem como gentios conforme seus ritos e cerimônias, e que todos serão tratados e havidos por pessoas livres como são, sem poderem ser constrangidos a serviço nem a coisa alguma contra sua livre vontade" (Legislação filipina de 1611 sobre os índios, in Livro Primeiro do Governo do Brasil, Rio de Janeiro, 1958, p.72)

" Porquanto tenho resolvido mandar castigar o Gentio Barbaro do Sertão, pelos grandes danos que do seu rigor, e crueldade experimentam repetidas vezes, de muitos annos a esta parte os moradores destas Capitánias: e convom mandar pessoa apta, e sufficiente para governar, e rogar os Indios, e Tapuyas mansos que mandei ajuntar para esta fac-

ção: tendo em consideração a concorrerem todas estas na do Capitão - Francisco Dias que os foi conduzir. Hei por bem de lhe encarregar, o governo de todos os Índios, e Tapuyas que forem nesta jornada, para que seguindo as ordens, do Capitão-mor Thomé Dias Lasso, se possa conseguir melhor o serviço de Sua Magestade e quietação dos moradores./ Bahia e Fevereiro 13 de 1662./ Francisco Barreto// (Documentos históricos, vol. VII, p. 77)

Os anos seiscentos assinalam no Brasil o desabrochar da brasilidade - nascida da mescla de uma etnia dominadora - a portuguesa -, uma etnia dominada e minimizada no quadro sócioeconômico - a índia - e outra etnia transplantada, motor econômico da colônia nas áreas de plantagem escravista e de mineração - a negra. Do somatório resulta o mestiço que, ao se identificar com a matriz branca, será o algoz de sua própria gente dominada, índia ou negra. Disse brasilidade e não despertar do sentimento nacional autêntico como no século XVIII: o que valia era, na essência, o bem-estar econômico e o papel que se ocupava na sociedade, fossem quais fossem as nações colonialistas. Não importava, no caso das invasões holandesas de 1624-1625 e de 1630-1654, que a colônia fosse ibérica ou batava, isto para muita gente: o que importava, na realidade, era o incentivo à produção e o aumento da riqueza. Negros lutando contra holandeses, explica-se: lutavam pressionados por seus senhores, estando em jogo a vida e a liberdade pessoal. Índios lutando contra holandeses, também se explica: no contexto colonial de dominação o indígena apenas representava uma peça facilmente manobrável, escravizado ou não, sendo arcos e flechas requisitados todas as vezes em que se necessitasse reduzir o gentio rebelde, o negro aquilombado ou o invasor estrangeiro.

De qualquer maneira, pode-se aqui falar sobre gente brasileira escrevendo sobre coisas do Brasil. Já se tinha processado, ao longo de todo o século anterior, a tupinização do português. O jesuíta já transformara, por sua vez, o indígena litorâneo num ser amorfo, deculturado, dócil em suas mãos e nas dos colonos, apático mas conservando alguns laivos de resistência. Tirara-lhe inclusive a língua própria, dando-lhe como língua obrigatória o nhoengatu, a língua geral (léxico tupi + estrutura gramatical latina). Enquanto isso se passava o negro era submetido a um processo de integração forçada aos padrões lusos, transplantado que fora para terra estranha e sem condições de resistência como grupo: obrigavam-no a receber nome cristão e batismo, a falar o português, a separar-se da família e do grupo étnico original, distribuído que foi pelas mais distantes regiões.

Torna-se o Brasil, a cada ano, mais e mais uma colônia agrícola - por excelência. Mais e mais são necessários braços para a lavoura. Por isso, encerrado o ciclo das invasões holandesas, crescem as expedições de preia ao índio e ao negro aquilombado. Todos os focos de resistência que representem uma ameaça ao trabalho implantado pela civilização constituem-se em perigo. Surgem os primeiros conflitos sociais, que à primeira vista podem parecer uma luta de brasileiros contra portugueses, como na aclamação de Amador Bueno em 1640 e na revolta de Manuel Beckman no Maranhão (1684). Na realidade o móvel é sempre econômico, é a escravidão do indígena que divide a estrutura colonialista-escravista dos - anos seiscentos. A historiografia do período reforça os estereótipos - do índio mau e do índio bom. Um recebe tratamento condizente com a sua aceitação do mundo europeu, como "civilizado" e catequizado que é, em - bora destribalizado e deculturado compulsóriamente; outro é sujeito à guerra justa, à administração, ao ressoato, passível de escravidão graças à sua rebeldia. Assim, a política indigenista inclusive é marcada pelo aspecto da dubiedade e da contradição: ora se dá ao indígena total li- - berdade, ora permite-se ao colono utilizar-se daqueles braços ociosos.

Século XVIII

A partir de inícios do século XVIII novas perspectivas sócio-eco - nômicas, trazendo consequentemente uma revisão das formas políticas - tradicionais, vem afetar a produção intelectual brasileira. Em se tra - tando do século referido, cumpre esclarecer algum aspecto histórico - que possa caracterizá-lo como tempo de mudança.

A transformação estrutural colonialista está ligada ao ciclo da extra - ção tradicional, contrastando sensivelmente com o ciclo do ouro de la - vagem dos séculos XVI e XVII. Os sertões já se achavam praticamente de - sassados de "lavradores de ouro" que iam em busca de fortuna não só à procura de riqueza mineral como também à caça do índio e destruição de - mocambos. A febre do ouro levou para o interior do Brasil todo um mundo de aventureiros, com ou sem escrúpulo, que em pouco tempo deu origem a uma nova sociedade, estribada em conceitos e valores bastante distancia - dos dos da sociedade agrária do ciclo do açúcar. Portugal torna-se mais vigilante, o controle social se exerce com mais cuidado. Os levantes, - as conspirações, os crimes de lesa-majestade passam a ser castigados com mais rigor, pois o que importava era assegurar e manter toda aquela rí -

queza para a Coroa.

A sociedade nascente urbana diferiu em profundidade daquela nascida em torno do senhor de engenho e da casa-grande. Enquanto que a primeira se caracteriza por ser urbana; dinamicamente econômica, a partir de uma estrutura onde se ombream o minerador, o agente do governo metropolitano, o comerciante atacadista e o mascate bem sucedido; democratizante no sentido de oferecer maiores oportunidades sociais e possibilitando oportunidades de ascensão sócio-econômica, a sociedade gerada pela plantagem escravista (monocultivo, escravismo, latifúndio e economia de mercado voltada para a produção visando a exportação) é rural, estática, conservadora, pautada num imobilismo social onde o que importa é o berço e a terra. Ambas as sociedades, no entanto, souberam tratar o índio da mesma forma, ou seja, como pária do sistema e como elemento desprezível. Isso não impedia a sua conversão em escravo de fato e de direito, toda vez que se permitisse por lei a guerra justa. Nas zonas de mineração, por exemplo, o elemento indígena foi praticamente varrido, expulso ou morto, pois impedia o livre acesso às riquezas. Em Minas Gerais foi comum contratarem-se sertanistas com a finalidade precípua de limpar o sertão, ou seja, livrá-lo de índios indesejáveis.

A partir de meados do século XVIII muita coisa tinha mudado na colônia, sob os auspícios da administração pombalina. A expulsão dos jesuítas fora um exemplo do pragmatismo político do marquês de Pombal. A capital se transferira para o Rio de Janeiro, extinguiu-se o Estado do Maranhão, os conflitos fronteiriços e os tratados de limites iam dando ao Brasil a feição geográfica quase atual. Mas a extinção dos aldeamentos em mãos dos inacianos e a implantação do Diretório não resolveram os problemas dos índios, que continuaram a ser explorados, agora pelos diretores de índios. O trabalho compulsório se transformou em forma disfarçada de escravidão. Mas nem todos os indígenas se submeteram aos ditames dos tratados de limites. Os indígenas do sul se sublevaram contra as imposições do Tratado de Madrid de 1750, tendo lugar a Guerra Guarânica, onde o governo português respondeu com violência ao levantamento ocorrido nos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (1754-1756). A repressão contra os índios Guarani, ao longo de dois anos de guerra efetiva, não foi caso isolado dentro do panorama colonial dos anos setecentos. Os Paiaguá, por exemplo, habitantes das margens do rio Paraguai, por serem considerados entrave à penetração do Mato Grosso (ciclo do ouro) e atacarem os invasores de seu território, foram duramente reprimidos, escravizados, mortos. O mesmo aconteceu com os Keyapó meridionais

que habitavam a margem esquerda do rio São Francisco e o atual Triângulo Mineiro: por incomodarem os passantes do Caminho dos Goiazes, que levava às minas de ouro do centro-oeste, contra eles foram enviadas várias expedições que contavam com a participação compulsória de indígenas Bororo e Xakriabá, assim desaparecendo daquelas paragens pela fuga e pelo extermínio.

Num período marcado pelo nacionalismo nascente, pelas idéias de independência, nada mais natural que o buscar as raízes da nacionalidade. O elemento indígena, mesmo que na realidade fosse massacrado, passa a frequentar as páginas literárias do século XVIII. Assim surge o poema épico Uruguai, de Basílio da Gama (1769). Mas, na historiografia, ocupa o mesmo espaço que antes, pois a ótica do colonizador não mudara . Continua a ser encarado como a criança grande incapaz de reger-se, como elemento bárbaro a ser convertido e submetido à ordem colonial. Num século onde a intelectualidade se bate por idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, o índio continua a ser o grande esquecido, mesmo que na Europa já se propaguem os conceitos do bon sauvage rousseauiano.

Século XIX

"Os laços de família, primeiro elemento de nossa organização social, eram mui frouxos [entre os índios]. Os filhos não respeitavam as mães, e só temiam, enquanto os temiam, os pais e os tios. No amor não havia que buscar sentimentos morais. As delícias da verdadeira felicidade doméstica quase não podem ser apreciadas e saboreadas pelo homem no estado selvagem. Rodeado de feras, ou de homens-feras, mal podem nele desenvolver-se a parte afetuososa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação" (Varnhagen, História Geral do Brasil, São Paulo, 1975, p. 48).

"Quando os Portuguezes descobriram o Brazil, e n'elle se estabeleceram, acharam os Indigenas proporcionalmente em tão diminuto numero e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colonias podiam desenvolver-se e estender-se quasi sem se importar dos autochtonos. Estes exerceram sobre os colonos uma influencia negativa tão sómente, -

por quanto só os forçaram a acutelar-se contra suas invasões hostis", (Martius, Como se deve escrever a História do Brazil, Rio de Janeiro, 1844, p. 389)

O século XIX, no que se refere às comunidades indígenas, pode ser caracterizado - no dizer de Moreira Neto, - como o século do extermínio. A violência contra o índio se fez sentir em todos os níveis, oficiais e oficiosos. No período joanino tornam-se os Botocudos de Minas e do Espírito Santo, principalmente, os alvos preferidos da repressão. Isto porque, no dizer das autoridades, constituíam-se esses índios em obstáculo à penetração e fixação de colonos às margens do rio Doce. As Cartas Régias de 1808 e de 1809 permitiram a guerra justa e a escravização legal como forma de submeter aqueles índios e fazô-los aceitar as regras do mundo civilizado, podendo destarte contar os colonos com mão-de-obra farta e grátis. O retorno do monarca a Portugal, no entanto, não pôs fim às violências sofridas pelos índios. Durante o período regencial, por exemplo, foram duramente castigados os índios tapuias, remanescentes destribalizados do vale amazônico que participaram da Cabanagem. Durante o Segundo Império o paternalismo governamental não foi capaz de impedir os sucessivos massacres em áreas recém-colonizadas nem o esbulho das terras indígenas.

A época do Segundo Império (1840-1889) a estrutura política repousava sobre uma contradição: liberal na aparência, conservador na essência. Alternavam-se no poder dois partidos que, no fundo, apresentavam o mesmo conteúdo programático: apenas revesavam-se no poder conservadores e liberais, todos representando os mesmos interesses e aspirações das elites e do poder fundiário. Assim, não interessava resolver a questão indígena e assegurar às comunidades tribais as terras a que tinham direito. mesmo que alguns políticos, entre os quais José Bonifácio, tivessem defendido ou defendessem os interesses dos índios. Isto ocorria numa fase em que o governo procurava símbolos de unidade, de coesão nacional, tendo sido o elemento indígena elevado à condição de raiz primeira da brasilidade através de uma epopéia oficial, A Confederação dos Tamoiás (Gonçalves de Magalhães) e de um romance nacional, O Guarani (José de Alencar).

Pode-se supor até que ponto um governo preocupado com a unidade tudo fará para estabelecê-la em todos os níveis. Quaisquer focos de resis-

tância constituem-se em perigo para a nacionalidade. Como firmar, no entanto, esta unicidade de aspirações, essa uniformidade num país - que, devido às próprias diferenças sócio-econômicas e naturais mais se inclina para o regionalismo? Em primeiro lugar, eliminando-se os focos de resistência, quistos étnicos perigosos, mas de modo condizente com o caráter humanitário e cristão do Império. O índio selvagem, por exemplo, teria de ser trazido com eficácia para junto do elemento civilizado, aprender a conviver com o branco e educar-se pelo exemplo, ser catequizado, expressar-se na língua portuguesa, transformar-se em cidadão prestante e útil através do trabalho agrícola. Nada melhor que transferir uma responsabilidade que caberia ao Estado para os missionários capuchinhos, delegando-lhes plenos poderes através do chamado Regimento das Missões de 1845. Se os índios conservassem o modus vivendi original eles se constituiriam em ameaça à estabilidade do Império, no dizer de Varnhagen:

" Precisamos civilisar o Imperio, fazer todos em toda e sua extensão obedecer ao pacto proclamado; e a experiencia de mais de meio seculo tem provado a insufficiencia dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o estado. Se necessitamos - pois seguir a conquista, que quer dizer ir-se consolar os rebellados levando-lhes presentes de facas e machados! Tem-se visto com sua paciencia converter esses ferros em pontas de settas, que no anno seguinte despedem contra os seus benfeitores. Que mais jus tem elles para, só por sua incapacidade moral, estarem excluidos do - código penal? Não constituem elles uma rebellião armada dentro - do Imperio?" (Varnhagen, Memorial Groanico, Rio de Janeiro, 1851, p. 394).

Não se pode, em se tratando da pesquisa e da elaboração histórica no Segundo Império, deixar de lado aquele que foi nosso primeiro grande historiador, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). A sua História Geral do Brasil é a História da civilização branca e cristã que se implantou na colônia americana portuguesa. É a História dos feitos de uma sociedade ciosa de seu lugar, ocupado naturalmente pela inteligência de uma cultura superior. Para ele o índio é o ser caído e manchado pelo pecado original e que não teve condições de por se, redimir-se. Só as luzes da civilização serão capazes de fazê-lo. So as luzes da civilização, também, resgatarão o negro da barbárie. Daí a apologia da extinção do tráfico, da imigração branca européia na tentativa de substituir o africano pelo elemento vindo da Europa. E pede que se submetam e os -

crazem os indígenas, pois essa é a única forma válida de convertê-los aos padrões culturais luso-brasileiros. E é por isso mesmo que Varnhagen se coloca contra as idéias nascidas em torno do bon sauvage de Rousseau e combate os que ele chama de falsos filantropos que pregam a liberdade do índio.

Considerando-se todo o período que se estende dos cronistas do século XVI ao período inicial republicano, a abordagem do tema índio na História do Brasil revestiu-se de caráter etnocêntrico. O indígena foi considerado um tema menor, numa fase historiográfica que se preocupou apenas com a História política. O indígena foi objeto de preocupações mais sérias, no tocante ao estudo de sua cultura e do seu modo de ser, apenas por naturalistas e viajantes europeus do século XIX, muitos deles entretanto imbuídos de idéias de superioridade racial em voga na Europa. Era a Antropologia nascente como ciência da desigualdade humana, justificando o colonialismo e a subordinação de homens considerados inferiores. A História, no entanto, estava ainda silenciosa quanto aos índios e negros como agentes de um processo dito histórico. E até há bem pouco tempo os indígenas e africanos escravos ocupavam um mínimo de linhas nos livros didáticos brasileiros, minimizados que foram nas páginas da historiografia nacional.

Brasília, 19 de setembro de 1980.

Sonia de Almeida Marcato.

Bibliografia

- Abreu, J. Capistrano de. Capítulos de História colonial. 1500-1800. 5a ed. Rio de Janeiro, Livraria Briguet, 1969.
- Brasil. Biblioteca Nacional. Documentos Históricos (série). Rio de Janeiro, vol. VII, 1929.
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Livro Primeiro do governo do Brasil 1607-1633. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1956.
- Cortesão, Jaime. Cabral e as origens do Brasil (Ensaio de Topografia histórica). Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1944
- Gandavo, Pero de Magalhães. História da província Santa Cruz. Tratado da terra do Brasil. São Paulo, Obelisco, 1964.
- Malheiro, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil. Ensaio historico-juridico-social. São Paulo, Edições Cultura, 1944.
- Martius, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a Historia do do Brasil. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. VI, 1844.
- *
- Moreira Neto, Carlos de Araujo. A política indigenista brasileira durante o século XIX . Rio Claro, 1971. Tese de doutoramento, mimeogr.
- Sousa, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. 4a ed. São Paulo, Nacional-EDUSP, 1971.
- * Norle, Marcel & Mosa, Roberto. El anticolonialismo europeo desde Las Casas a Marx. Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. 9a ed. São Paulo, Melhoramentos- Brasília, INL, 1975, vol. I.
- _____. Memorial Organico (apêndice à tese de Moreira Neto supra-citada).